



CONCURSO PÚBLICO: PREFEITURA MUNICIPAL

Caderno de questões: Procurador do Município

PROVA OBJETIVA

DISCIPLINAS

- Língua Portuguesa (questões de 01 a 08)
- Conhecimentos Específicos (questões de 09 a 80)

INSTRUÇÕES

ANTES DE COMEÇAR A FAZER A PROVA:

- Verifique se este caderno contém uma prova, com total de 80 (oitenta) questões, sequencialmente numeradas de 01 a 80.
- Caso haja algum problema, solicite ao aplicador a substituição deste caderno.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTA (GABARITO):

- Confira seus dados e, havendo erro, solicite ao aplicador a correção na Ata da Sala.

AO TRANSFERIR A MARCAÇÃO DAS ALTERNATIVAS PARA A FOLHA DE RESPOSTA (GABARITO):

- Use caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta NÃO será computada se estiver sem marcação ou se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de resposta não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

AO TERMINAR A PROVA:

- A saída com o CADERNO DE PROVA somente ocorrerá após 3 horas e 45 minutos a partir do início das provas.
- Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que você sair da sala, e até sua saída do prédio, não lhe será permitido o uso dos sanitários.
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligados) quaisquer aparelhos eletrônicos, tais como: bip, telefone celular e/ou smartphone, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, ipod, ipad, tablet, pen drive, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves integradas com dispositivos eletrônicos, controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico, etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), qualquer tipo de bolsa e armas.

- Duração total desta prova, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTA (GABARITO):

QUATRO HORAS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 01 e 05.

A comunicação que bloqueia a compaixão

Não julgueis, para que não sejais julgados. Pois, com o critério que julgardes, sereis julgados. Mateus 7,1

[...]

Um tipo de comunicação alienante da vida é o uso de julgamentos moralizadores que subentendem uma natureza errada ou maligna nas pessoas que não agem em consonância com nossos valores. Tais julgamentos aparecem em frases como: “O teu problema é ser egoísta demais”, “Ela é preguiçosa”, “Eles são preconceituosos”, “Isso é impróprio”. Culpa, insulto, depreciação, rotulação, crítica, comparação e diagnósticos são todas formas de julgamento.

Certa vez, o poeta sufi Rumi escreveu: “Para além das ideias de certo e errado, existe um campo. Eu me encontrarei com você lá”. No entanto, a comunicação alienante da vida nos prende num mundo de ideias sobre o certo e o errado – um mundo de julgamento, uma linguagem rica em palavras que classificam e dicotomizam as pessoas e seus atos. Quando empregamos essa linguagem, julgamos os outros e seu comportamento enquanto nos preocupamos com o que é bom, mau, normal, anormal, responsável, irresponsável, inteligente, ignorante etc.

Muito antes de ter chegado à idade adulta, aprendi a me comunicar de uma maneira impessoal que não exigia que eu revelasse o que se passava dentro de mim. Quando encontrava pessoas ou comportamentos de que não gostava ou que não compreendia, reagia considerando que fossem errados. Se meus professores me determinavam uma tarefa que eu não queria fazer, eles eram “mediocres” ou estavam “exorbitando”. Se alguém me dava uma fechada no trânsito, minha reação era gritar: “Palhaço!” Quando usamos tal linguagem, pensamos e nos comunicamos em termos do que há de errado com os outros para se comportarem dessa ou daquela maneira – ou, ocasionalmente, o que há de errado com nós mesmos para não compreendermos ou reagirmos do modo que gostaríamos. Nossa atenção se concentra em classificar, analisar e determinar níveis de erro em vez de fazê-lo no que nós e os outros necessitamos e não estamos obtendo. Assim, se minha mulher deseja mais atenção do que estou lhe dando, ela é “carente e dependente”. Mas se quero mais atenção do que me dá, então ela é “indiferente e insensível”. [...]

Estou convicto de que todas essas análises de outros seres humanos são expressões trágicas de nossos próprios valores e necessidades. São trágicas porque, quando expressamos nossos valores e necessidades de tal forma, reforçamos a postura defensiva e a resistência a eles nas próprias pessoas cujos comportamentos nos interessam. Ou, se essas pessoas concordam em agir de acordo com nossos valores porque aceitam nossa análise de que estão erradas, é provável que o façam por medo, culpa ou vergonha.

Todos pagamos caro quando as pessoas reagem a nossos valores e necessidades não pelo desejo de se entregar de coração, mas por medo, culpa ou vergonha. Cedo ou tarde, sofreremos as consequências da diminuição da boa vontade daqueles que se submetem a nossos valores por coerção que vem de fora ou de dentro. Eles também pagam um preço emocional, pois provavelmente sentirão ressentimento e menos autoestima quando reagirem a nós por medo, culpa ou vergonha. Além disso, toda vez que nos associamos a qualquer desses sentimentos, reduzimos a probabilidade de que no futuro venham a reagir compassivamente a nossas necessidades e valores. (ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006).

QUESTÃO 1

Em relação ao texto, marque a alternativa **incorreta**:

- a) () O autor explica como certas formas de comunicação impedem o estabelecimento de relacionamentos mais compassivos.
- b) () Julgamento moralizador, para o autor, é uma avaliação que fazemos das pessoas, quando elas se comportam de forma errada.
- c) () Quando usamos a linguagem dos julgamentos moralizadores, preocupamo-nos em classificar e analisar pessoas e seus atos.
- d) () Mais importante do que julgar os outros é concentrar-se nas coisas de que necessitamos e não estamos conseguindo obter.

QUESTÃO 2

Analise as assertivas abaixo sobre o texto:

I – No texto, observa-se a presença de intertextualidade na citação do poeta Rumi e na referência ao texto de Mateus em epígrafe.

II – O texto pode ser considerado narrativo, uma vez que menciona passagem da vida do autor.

III – O autor defende a ideia de que, ao agirmos com julgamentos moralizadores, todos pagamos um preço, com consequências que nos afetam tanto emocionalmente quanto em termos de disposição favorável do outro em relação a nós.

Assinale a alternativa correta em relação às assertivas acima:

- a) () São verdadeiras I e II.
- b) () Apenas a III é verdadeira.
- c) () Todas são verdadeiras.
- d) () São verdadeiras I e III.

QUESTÃO 3

Sobre o texto, assinale a alternativa correta:

- a) () As aspas no primeiro parágrafo são usadas para destacar a citação de outros autores.
- b) () Sempre que usamos julgamentos moralizadores, as pessoas concordam em agir de acordo com nossos valores por vergonha, medo ou culpa.
- c) () No trecho “Certa vez, o poeta sufi Rumi escreveu: ‘Para além das ideias de certo e errado, existe um campo. Eu me encontrarei com você lá’. **No entanto**, a comunicação alienante da vida nos prende num mundo de ideias sobre o certo e o errado”, o termo em destaque indica uma relação de oposição entre as orações.”
- d) () No trecho “Culpa, insulto, depreciação, rotulação, crítica, comparação e diagnósticos são todos formas de julgamento”, há um erro de concordância.

QUESTÃO 4

Ainda sobre o texto, marque a alternativa correta:

- a) () O trecho do evangelho citado antes do texto está em consonância com a tese defendida pelo autor.

- b) () O autor encerra o segundo parágrafo com uma sequência de palavras sinônimas.
- c) () No trecho “Eles também pagam um preço emocional” (último parágrafo), o pronome “eles” se refere a “valores”.
- d) () No final do terceiro parágrafo, o autor dá um exemplo de um casal em que o marido nunca consegue agradar sua esposa.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa **incorreta** sobre o texto:

- a) () O sentido da citação do poeta Rumi é de que, para haver uma comunicação mais significativa entre duas pessoas, é preciso que se abra mão das concepções do que é certo ou errado.
- b) () No primeiro parágrafo, o autor apresenta ações/attitudes que constituem formas de julgamento.
- c) () A linguagem típica dos julgamentos moralizadores pode ser usada tanto em relação aos outros como em relação a nós mesmos.
- d) () O autor afirma que ele julgava pessoas e comportamentos que considerava errados e, ao agir assim, era forçado a revelar seus próprios sentimentos.

QUESTÃO 6

Assinale a alternativa em que há erro de concordância:

- a) () Fui eu quem escreveu o texto.
- b) () O funcionamento de máquinas e dispositivos eletrônicos dependem de um programa de manutenção adequado.
- c) () O grupo criminoso rival avisou que haveria represálias.
- d) () Foram adiadas as celebrações pelo centenário da escola.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa em que a palavra em destaque está empregada com sentido incorreto:

- a) () A prefeitura fez a **cessão** do lote para uma instituição de caridade.
- b) () Os resultados dos testes **ratificaram** a eficácia das vacinas.
- c) () O **tráfico** de pessoas é um crime que movimenta bilhões de dólares por ano.
- d) () O empresário **infligiu** várias normas enquanto esteve no comando da organização.

QUESTÃO 8

A palavra “você” tem origem na forma de tratamento “vossa mercê”, que sofreu uma série de transformações fonéticas (vossemecê, vosmecê, mecê, vancê) até chegar à forma que conhecemos hoje e que também já apresenta reduções como as formas “ocê” e “cê”. Estamos falando de que tipo de variação linguística? Assinale a resposta correta:

- a) () Variação regional ou geográfica.
- b) () Variação diacrônica ou histórica.
- c) () Variação social.
- d) () Variação estilística.

LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE-GO

QUESTÃO 9

Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de Rio Verde, é correto afirmar que é atribuição privativa do município:

- a) () Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, cumpridas apenas a legislação e a ação fiscalizadora federal.
- b) () Responder pela limpeza dos logradouros e pela remoção de lixo domiciliar e hospitalar, promovendo o adequado tratamento, ressalvadas as hipóteses das obrigações atribuídas a particulares, nos termos da lei.
- c) () Conceder licença ou autorização para abertura e funcionamento apenas de estabelecimentos comerciais, bem como fixar condições e horários para aquele funcionamento, respeitada a legislação do trabalho.
- d) () Exercer inspeção apenas sobre os estabelecimentos industriais e similares, para neles impedir ou suspender os atos ou fatos que importem em prejuízos de saúde, higiene, moralidade, segurança, tranquilidade e meio ambiente.

QUESTÃO 10

Acerca do estágio probatório, considerando as disposições da Lei Municipal n. 3.968/2000, assinale a alternativa incorreta:

- a) () O servidor em estágio probatório poderá ser nomeado para cargo ou função em comissão, hipótese em que o estágio probatório não ficará suspenso, ainda que se trate de hipótese em que a função de direção, chefia ou assessoramento não tenha correlação direta com a área de atuação do cargo efetivo.
- b) () O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos legais, bem como durante as faltas injustificadas e suspensões disciplinares.
- c) () O funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito a um período de estágio probatório de 03 (três) anos, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado.
- d) () São requisitos básicos a serem apurados no estágio probatório a idoneidade moral, a assiduidade e pontualidade, a disciplina, a produtividade e a responsabilidade.

QUESTÃO 11

A Procuradoria-Geral do Município de Rio Verde é órgão integrante da administração direta municipal e tem por finalidade a representação e assessoramento jurídico do município, competindo-lhe:

- I. Efetuar a defesa dos agentes públicos quando questionados atos administrativos praticados no exercício da respectiva função, ainda que referido ato contrarie o interesse público.
- II. Promover, privativamente, a cobrança da dívida ativa municipal.
- III. Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica do Município de Rio Verde - GO, ressalvada a representação judicial, a consultoria e o assessoramento técnico-jurídico do Poder Legislativo, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

IV. Promover as ações judiciais necessárias à defesa dos interesses do Município.

V. Prestar assessoramento jurídico apenas aos entes da administração direta do Município.

Analisando as afirmações acima, é correto afirmar que:

- a) () uma afirmativa é verdadeira e quatro são falsas.
- b) () duas afirmativas são verdadeiras e três são falsas.
- c) () três afirmativas são verdadeiras e duas são falsas.
- d) () todas as afirmativas são verdadeiras.

QUESTÃO 12

Com base na Lei Complementar n. 182/2020, que dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Administração Pública Municipal, define Órgãos e Entidades que a integram e o seu quadro de Cargos de Confiança (CC), Cargos de Provimento em Comissão (DAS) e Funções Gratificadas (FG), assinale a alternativa incorreta.

- a) () O Gabinete do Prefeito tem por atribuição e competência a assistência imediata e direta ao Prefeito Municipal no trato de questões, providências e iniciativas do seu expediente pessoal, dirigido pelo Chefe de Gabinete do Prefeito, competindo-lhe, dentre outras atribuições regimentais, o recebimento de reclamações, denúncias e sugestões sobre serviços da Administração Municipal, através de sistema da ouvidoria pública, e seu encaminhamento a outros Órgãos e Entidades Municipais para apuração, esclarecimento e tomada de providências para correção de desvios ou de omissões.
- b) () A Secretaria Municipal de Comunicação Social - SMC tem por finalidade coordenar a política de comunicação social do Município, competindo-lhe o planejamento e a execução da política de comunicação da Administração Municipal, em articulação com os titulares dos órgãos municipais e a divulgação dos atos dos agentes da Administração Municipal, visando facilitar o acesso da sociedade à informação das práticas governamentais e aos cidadãos para que possam formar uma visão completa dos atos e ações institucionais.
- c) () A Controladoria-Geral do Município tem por finalidade formular e executar as políticas de controle interno possuindo, dentro de sua área de competência, autonomia e precedência sobre os demais setores administrativos, competindo-lhe examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade e acompanhar a execução das despesas com educação e saúde, a fim de garantir o alcance aos índices mínimos de aplicação estabelecidas na legislação em vigor.
- d) () A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar, fiscalizar e avaliar as ações a cargo do Município, relativas à proteção e à defesa do meio ambiente e à articulação das políticas de gestão dos recursos ambientais, visando ao desenvolvimento sustentável, competindo-lhe coordenar e executar, apenas de forma direta, a política ambiental do Município e coordenar ações, executar e aprovar planos, programas, projetos e atividades de preservação e recuperação ambiental, promovendo a defesa ecológica dos recursos ambientais.

QUESTÃO 13

A Organização Social ABC pretende se qualificar como Organização Social na área da Saúde no município de Rio Verde/GO. Nos termos da Lei Municipal n. 6.964/2019, o ato constitutivo da Organização Social é documento específico para habilitação à qualificação da entidade. Assim, o ato constitutivo da Organização Social deve dispor sobre:

- a) () A natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação.
- b) () A previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, apenas de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.
- c) () A composição e atribuições da diretoria.
- d) () A obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial do Estado, dos relatórios financeiros e contábeis e do relatório de execução do contrato de gestão.

QUESTÃO 14

Acerca da cessão de uso de bens públicos para organizações sociais sem fins lucrativos na área da saúde, assinale a alternativa correta:

- a) () Toda cessão de uso que for realizada com base na Lei Municipal n. 6.969/2019 deverá, antes da transferência da posse temporária dos bens móveis ou imóveis, ser precedida de termo de cessão de uso, constando o bem, objeto da cessão de uso, com sua descrição, especificações técnicas, estado de conservação e avaliação.
- b) () O Município de Rio Verde poderá proceder, por ato do Secretário Municipal de Saúde, à cessão de uso gratuito de bens imóveis e móveis a Organização Social sem fins lucrativos que com ele celebrar contrato de gestão.
- c) () A cessão de uso gratuito realizada em favor de Organização Social sem fins lucrativos, que celebrar contrato de gestão com o Município de Rio Verde, poderá ultrapassar o prazo de vigência daquele e será formalizada independentemente do previsto no contrato de gestão firmado entre as partes.
- d) () O uso por parte da Organização cessionária do bem cedido poderá ser realizado em qualquer unidade por ela administrada.

QUESTÃO 15

Acerca da competência das Procuradorias Especializadas da Procuradoria-Geral do Município de Rio Verde, considerando as disposições da Lei n. 5.564/2009, assinale a alternativa incorreta:

- a) () A Procuradoria de Assessoramento Jurídico é a unidade da Procuradoria-Geral do município que tem por finalidade prestar assessoria jurídica extrajudicial aos órgãos da Administração Direta do Município de Rio Verde – GO, competindo-lhe emitir parecer escrito sobre consultas formuladas pelos órgãos da administração direta, relativamente a quaisquer matérias da área jurídica, salvo as de competência das procuradorias especializadas.
- b) () Compete à Procuradoria de Defesa do Patrimônio Público, do Meio Ambiente e Urbanismo representar o município em processos ou ações de qualquer natureza, cujo objeto principal, incidente ou acessório, verse sobre direitos reais ou possessórios, patrimônio imobiliário, urbanismo, meio ambiente, recursos hídricos de domínio do município e patrimônio de valor histórico, turístico, cultural, artístico e paisagístico, competindo-lhe preparar os atos que impliquem limitação do direito de propriedade.

- c) () A Procuradoria Tributária é a unidade da Procuradoria-Geral do município que tem por finalidade defender judicialmente ou extrajudicialmente o tesouro municipal, competindo-lhe promover estudos de viabilidade das execuções fiscais de baixo valor, propondo as medidas necessárias para a dispensa da cobrança, se for o caso.
- d) () A Procuradoria do Contencioso Judicial é a unidade da Procuradoria-Geral que tem por finalidade defender os interesses do Município de Rio Verde – GO em juízo, ativa e passivamente, competindo-lhe elaborar os atos e contratos que tenham por objeto adquirir imóveis ou alienar, arrendar, onerar e gravar bens imóveis de propriedade do Município.

QUESTÃO 16

Com base na Lei n. 3.968/2000, assinale a alternativa correta:

- a) () A cessão de servidor para ter exercício em outra entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será permitida independentemente de atendimento ao interesse público e com ônus para o órgão solicitante.
- b) () A cessão será pelo prazo fixado no termo da cessão ou no decreto, e não poderá ser interrompida em nenhuma hipótese.
- c) () O tempo em que o servidor estiver cedido contar-se-á para todos os efeitos legais e, para efeito da evolução na carreira, ele será avaliado no órgão em que estiver em exercício.
- d) () O município poderá receber, em cessão, apenas servidor de outros municípios, arcando com o ônus correspondente, salvo se o convênio ou o ato congênere estabelecer o contrário, aplicando-se, no que couber, as disposições previstas neste estatuto sobre a cessão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 17

Ao se considerar que a hermenêutica constitucional é “um conjunto de métodos e de princípios, desenvolvidos pela doutrina e pela jurisprudência com base em critérios ou premissas – filosóficas, metodológicas, epistemológicas – diferentes, mas, em geral, reciprocamente complementares” (COELHO, Inocêncio Mártires. *Interpretação Constitucional*, 2011, p. 137), assinale a alternativa correta:

- a) () O princípio da interpretação, conforme a Constituição, é uma regra de interpretação que não foi admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- b) () No atual estágio de desenvolvimento doutrinário e jurisprudencial, há hierarquia entre normas constitucionais originárias, permitindo-se que algumas normas constitucionais sirvam de parâmetro de controle para outras normas constitucionais originárias, podendo falar em normas constitucionais inconstitucionais.
- c) () O princípio da unidade da Constituição trata-se de princípio de interpretação constitucional pelo qual as normas constitucionais devem ser vistas e interpretadas como um sistema unitário de regras e princípios e não como normas isoladas.
- d) () O princípio da unidade da Constituição permite que o intérprete da Constituição realize uma livre e discricionária interpretação da norma constitucional, favorecendo o subjetivismo do intérprete.

QUESTÃO 18

No Brasil o controle de constitucionalidade surge com a Constituição de 1891, fortemente influenciada pela doutrina norte-americana. Na Constituição de 1988, manteve-se a tradição desse controle dos atos normativos. Sobre o controle de constitucionalidade brasileiro, é correto afirmar:

- a) () A Constituição Federal de 1988 autoriza o controle preventivo da constitucionalidade das leis realizado pelo Supremo Tribunal Federal por iniciativa do Presidente da República, como ocorre no direito português.
- b) () O controle concentrado no STF visa declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais, estaduais e municipais que contrariem a Constituição Federal.
- c) () A Constituição vigente prevê, como regra, o controle judicial repressivo de cunho misto (ou híbrido) de constitucionalidade das leis.
- d) () No controle difuso-concreto realizado pelo Supremo Tribunal Federal, é pacífico na doutrina e na jurisprudência do STF a desnecessidade da intervenção do Senado Federal para que a decisão produza efeitos *erga omnes* (art. 52, X, da CRFB/88).

QUESTÃO 19

A Lei n. 9.868/99 disciplina os efeitos das decisões definitivas do STF em ação direta de inconstitucionalidade. Sobre essas decisões é correto afirmar:

- a) () Em regra, os efeitos da decisão em ADI não retroagem (*ex nunc*), mas podem retroagir para atender questões de segurança jurídica e relevante interesse social (*ex tunc*).
- b) () Os efeitos vinculantes da decisão alcançam também o legislador, que não poderá aprovar nenhuma lei igual ou semelhante à declarada inconstitucional pelo STF.
- c) () As decisões do STF em ADI produzem eficácia *erga omnes*, mas não vinculam os demais órgãos do Poder Judiciário.
- d) () Em regra, os efeitos da decisão em ADI são retroativos (*ex tunc*), mas podem ser modulados em razão da segurança jurídica e relevante interesse social (*ex nunc*).

QUESTÃO 20

Segundo a CRFB/88, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (artigo 5º, *caput*). Sobre os direitos fundamentais em espécie, assinale a alternativa correta:

- a) () É livre a manifestação do pensamento, inclusive através do anonimato.
- b) () São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, mas não se permite indenização pelo dano material ou moral decorrente dessa violação.
- c) () A lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.
- d) () Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, incluindo aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

QUESTÃO 21

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição (artigo 18, *caput*, da CRFB/88). Sobre o Estado Federal, assinale a alternativa correta:

- a) () Não se exige uma Constituição rígida com um núcleo imodificável que vede a secessão.
- b) () O Estado Federal pode ser dissolvido.
- c) () No Estado Federal, há distribuição geográfica do poder político em função do território, em que um ente é dotado de soberania e os outros entes de autonomia.
- d) () No Estado Federal, não se exige um órgão de cúpula do Poder Judiciário para a solução de conflitos federativos.

QUESTÃO 22

Sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) () Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- b) () O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em turno único e aprovada pela maioria simples dos membros da Câmara Municipal.
- c) () Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e em todo o território nacional.
- d) () A fiscalização do Município será exercida pelo Tribunal de Contas dos Municípios – TCM, órgão competente para realizar o controle externo das gestões municipais.

QUESTÃO 23

Considerando o regime jurídico-constitucional da Administração Pública e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) () A Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade, não podendo ser invocado o princípio da isonomia como pretexto para se obter benefício ilegalmente concedido a outros servidores.
- b) () A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica em afastar o controle de legalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.
- c) () A Controladoria-Geral da União não pode exercer o seu poder de fiscalização sobre os Municípios, mesmo nas hipóteses de repasse de verbas federais aos entes municipais.
- d) () É vedada à Administração Pública alterar as condições do certame constantes do edital, mesmo que para adaptá-las à nova legislação aplicável ao concurso em andamento.

QUESTÃO 24

Considerando o regime jurídico-constitucional aplicável aos servidores públicos e a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) () Não viola a Constituição Federal a nomeação de parente de terceiro grau da autoridade nomeante para o exercício de função gratificada, desde que o nomeado seja servidor concursado.

- b) () É permitido ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos para garantir o princípio da isonomia.
- c) () Decisão judicial que anula ato de nomeação para cargo político apenas com fundamento na relação de parentesco estabelecida entre o nomeado e o chefe do Poder Executivo, em todas as esferas da federação, diverge do entendimento da Suprema Corte consubstanciado na Súmula Vinculante n. 13.
- d) () A nomeação e posse em cargo público, decorrente de preterição na ordem de classificação dos aprovados em concurso público, gera o dever de pagamento de vencimentos retroativos, anteriores à investidura no cargo público.

QUESTÃO 25

Sobre o regime-jurídico constitucional dos servidores públicos, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) () Editais de concurso público não podem estabelecer restrições a pessoas com tatuagem, mesmo que o seu conteúdo viole valores constitucionais.
- b) () Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- c) () O Supremo Tribunal Federal fixou entendimento no sentido de que o artigo 37, I, da CRFB/88, consubstancia relativamente ao acesso aos cargos público por estrangeiros, preceito constitucional dotado de eficácia plena, não dependendo de regulamentação para produção de efeitos.
- d) () Não viola o princípio da presunção da inocência a exclusão do certame público de candidato que responda a inquérito policial ou ação penal sem trânsito em julgado da sentença condenatória.

QUESTÃO 26

Sabendo-se que “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito” (artigo 1º, *caput*, da CRFB/88) e que “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” (artigo 2º, *caput*, da CRFB/88), assinale a alternativa correta:

- a) () São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- b) () Compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República nos crimes comuns.
- c) () Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por maioria de votos, a instauração de processo contra o Presidente da República.
- d) () No ordenamento constitucional vigente, o guardião máximo da Constituição é o Presidente da República, cabendo a ele dar a última palavra sobre a interpretação constitucional.

QUESTÃO 27

Considerando o regime jurídico-constitucional do poder de tributar (e seus limites) dos entes federativos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) () A União pode instituir isenções de tributos da competência dos Municípios para atender a interesse público ou calamidade pública grave.

- b) () É inconstitucional a majoração do IPTU sem edição de lei em sentido formal, vedada a atualização, por ato do Poder Executivo, em percentual superior aos índices oficiais.
- c) () A distinção entre contribuintes em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, mesmo sem base axiológica no postulado da razoabilidade, não fere o princípio da isonomia tributária (art. 150, III, CRFB/88).
- d) () O Presidente da República, visando tutelar o supremo interesse da nação, poderá por meio de Medida Provisória, aumentar a alíquota do IPTU das capitais e dos Municípios com mais de 200 habitantes.

QUESTÃO 28

Sobre o Sistema Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) () Pertence à União o produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios.
- b) () O imposto sobre serviços de qualquer natureza terá sua alíquota máxima e mínima fixada por lei estadual ordinária.
- c) () O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana não pode ser progressivo, em nenhuma hipótese.
- d) () Compete ao Município instituir imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 29

A Lei Federal 13.019/2014 estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. No que diz respeito às parcerias regidas pela referida lei, assinale a alternativa incorreta:

- a) () Termo de colaboração é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- b) () São cláusulas essenciais das parcerias regidas pela Lei Federal 13.109/2014, entre outras, a descrição do objeto pactuado, as obrigações das partes, o prazo de vigência e as hipóteses de prorrogação, a obrigação de prestar contas.
- c) () Termo de fomento é o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública, que envolvam a transferência de recursos financeiros.
- d) () Em regra, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público com o objetivo de selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.

QUESTÃO 30

No início do ano de 2020, os diversos níveis de governo foram surpreendidos pela pandemia de coronavírus declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A rápida transmissão da covid-19 ocasionou a insuficiência de equipamentos e insumos hospitalares para atendimento da população contaminada pelo coronavírus na rede pública de saúde, tais como respiradores, máscaras, medicamentos, entre outros. Em razão desse quadro, governadores e prefeitos brasileiros passaram a utilizar, compulsória e temporariamente, bens e serviços de particulares para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública. A modalidade de intervenção do Estado na propriedade privada que corresponde à situação narrada na questão é:

- a) () Limitação administrativa.
- b) () Requisição administrativa.
- c) () Servidão administrativa.
- d) () Desapropriação.

QUESTÃO 31

Examine as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I - Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, a menos que desafetados, nos termos da lei.

II – São bens públicos municipais, além de outros: as ruas, as praças e os imóveis onde se encontram instaladas as repartições públicas municipais.

III – Os bens dominicais, aqueles sem utilidade pública específica, integram o patrimônio público indisponível.

IV – São requisitos para a alienação dos bens públicos móveis, cumulativamente: existência de interesse público devidamente justificado; avaliação prévia e realização de licitação na modalidade concorrência.

- a) () Todas as assertivas estão corretas.
- b) () Somente as assertivas I e II estão corretas.
- c) () Somente as assertivas I e III estão corretas.
- d) () Somente as assertivas II e III estão corretas.

QUESTÃO 32

De acordo com o disposto na Nova Lei de Licitações e Contratação Pública (Lei Federal 14.133/2021), assinale a alternativa correta:

- a) () A partir de sua publicação, a Lei 14.133/2021 revogou integralmente a Lei 8.666/1993.
- b) () Durante o prazo de 2 (dois) anos, a Administração Pública poderá aplicar as Leis 14.133/2021 e 8.666/1993 de forma combinada, mesclando os dispositivos de uma e outra.
- c) () A Lei 14.133/2021 somente entrará em vigor após 2 (dois) anos contados a partir da respectiva publicação oficial.
- d) () Durante o prazo de 2 (dois) anos contados de sua publicação oficial, a Lei 14.133/2021 permite que a Administração Pública opte por licitar ou contratar diretamente de acordo com as suas disposições ou de acordo com a Lei 8.666/1993, devendo indicar expressamente a opção escolhida no edital ou no instrumento de contratação direta, sendo vedada a aplicação combinada das citadas normas.

QUESTÃO 33

Em regra, a duração dos contratos administrativos regidos pela Lei Federal 8.666/1993 é adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários. Contudo, o referido diploma legal admite, excepcionalmente, que o prazo de vigência dos contratos administrativos ultrapasse o dia 31 de dezembro do ano em que tenha sido celebrado. A este respeito, assinale a alternativa correta:

- a) () Os contratos administrativos que tenham por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.
- b) () Os contratos administrativos celebrados por prazo de vigência indeterminado não têm sua duração limitada à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- c) () Os contratos administrativos que tenham por objeto a prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.
- d) () Os contratos administrativos que tenham por objeto o aluguel de equipamentos e a utilização de programas de informática poderão ter a respectiva duração estendida pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses contados do início de sua vigência.

QUESTÃO 34

O texto constitucional brasileiro admite, excepcionalmente, a acumulação remunerada de cargos públicos. Acerca da vedação de acumulação remunerada de cargos públicos e respectivas exceções, marque a alternativa correta:

- a) () O único requisito constitucional para admissão da acumulação remunerada de cargos públicos é a existência de compatibilidade de horários.
- b) () Além dos requisitos de compatibilidade de horários e da acumulação de no máximo dois cargos, empregos e/ou funções, o texto constitucional prevê expressamente o limite de carga horária de 60 (sessenta) horas semanais como condição à permissão de acumulação remunerada de cargos, empregos e/ou funções públicas.
- c) () A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos públicos.
- d) () Se houver compatibilidade de horários, o texto constitucional autoriza a acumulação remunerada de até dois cargos públicos de professor.

QUESTÃO 35

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), publicada em 2018, dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Por outro lado, a Lei de Acesso à Informação (LAI) regula o direito fundamental de acesso a informações previsto no texto constitucional, impondo aos órgãos e entidades da Administração Pública de todos os entes federativos o dever de divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitação. No que se refere à aplicação das disposições da LGPD e da LAI às pessoas jurídicas de direito público, é correto afirmar:

- a) () Diante da incompatibilidade entre as disposições da LGPD e da LAI e com fundamento no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, as pessoas jurídicas de direito público estão expressamente dispensadas de proteger os dados pessoais dos contribuintes.
- b) () As normas gerais contidas na LGPD são de interesse nacional e devem ser observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) () Os princípios de proteção de dados elencados no artigo 6º da LGPD não se aplicam ao uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público.
- d) () É absolutamente vedado ao Poder Público transferir a entidades privadas dados pessoais constantes de bases de dados a que tenha acesso. A referida proibição não comporta exceção.

QUESTÃO 36

Acerca da extinção do ato administrativo, assinale a alternativa incorreta:

- a) () A revogação de um determinado ato administrativo pode ser anulada caso tenha sido praticada com vício que macule sua legalidade.
- b) () A caducidade ou decaimento é a modalidade de extinção do ato administrativo que ocorre em virtude de mudança normativa superveniente que afete a existência e compatibilidade do ato com o ordenamento jurídico.
- c) () A anulação de um determinado ato administrativo pode ser revogada pela Administração Pública.
- d) () O descumprimento das condições fixadas pela Administração Pública pelo beneficiário do ato administrativo enseja a sua cassação.

QUESTÃO 37

O servidor público se sujeita a regime disciplinar próprio, sendo o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) o principal instrumento para apuração de infrações funcionais no âmbito da Administração Pública. Acerca do PAD e das penalidades disciplinares, é correto afirmar que:

- a) () De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância.
- b) () A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição Federal e resulta, automaticamente, em nulidade da pena imposta ao servidor público.
- c) () A pena de demissão não pode ser aplicada a servidor público estável.
- d) () A legislação de regência não admite a instauração de processo administrativo disciplinar em face de ocupante de cargo em comissão que tenha praticado infração funcional, uma vez que os ocupantes de cargo em comissão podem ser exonerados “ad nutum”.

QUESTÃO 38

Ladislau construiu, sem a obtenção do correspondente alvará de construção, em loteamento irregular, um imóvel residencial que ameaça desabar, colocando em risco o patrimônio e a vida de vizinhos. A autoridade municipal competente, por meio do devido processo administrativo, tomou as providências cabíveis para determinar e promover a demolição da referida construção, em estrita observância do disposto na legislação local. Diante da situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta:

- a) () O município pode determinar unilateralmente a obrigação demolitória com fundamento no exercício do poder discricionário e no atributo da presunção de legitimidade dos atos administrativo.
- b) () O município pode determinar unilateralmente a obrigação demolitória com fundamento no exercício do poder hierárquico e no atributo da imperatividade dos atos administrativos.
- c) () No caso de Ladislau se recusar a promover a demolição determinada pela Administração Pública Municipal, a única alternativa possível ao Município será postular a demolição em Juízo.
- d) () No caso de Ladislau se recusar a acatar a determinação da Administração Pública Municipal, o município poderá agir administrativamente com vistas a demolir o imóvel com fundamento no exercício do poder de polícia e no atributo da autoexecutoriedade dos atos administrativos.

QUESTÃO 39

De acordo com o disposto na Lei Anticorrupção (Lei Federal 12.846/2013), assinale a alternativa incorreta acerca da responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública:

- a) () O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- b) () A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.
- c) () Salvo no interesse das investigações e do processo administrativo, a proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo.
- d) () A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.

QUESTÃO 40

Sobre a Organização da Administração Pública, marque a alternativa correta:

- a) () A Administração Pública Indireta é o conjunto de órgãos despersonalizados que desempenham atividades administrativas de forma descentralizada.
- b) () A Administração Pública Direta é o conjunto de órgãos e pessoas jurídicas de direito público e privado que desempenham atividades administrativas de forma desconcentrada.
- c) () As autarquias são pessoas jurídicas que integram a estrutura da Administração Pública Indireta, sendo criadas por lei específica para descentralização da atuação administrativa.
- d) () O direito brasileiro não admite a criação de empresa pública no âmbito municipal.

DIREITO DO TRABALHO

QUESTÃO 41

São modalidades de interrupção e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente:

- a) () Aposentadoria por invalidez e afastamento por doença a partir do 16º dia.
- b) () Férias e afastamento por acidente de trabalho até o 15º dia.
- c) () Faltas justificadas e suspensão disciplinar do empregado.
- d) () Greve legal e afastamento para prestação do serviço militar.

QUESTÃO 42

Assinale a opção abaixo que apresenta os requisitos caracterizadores da relação de emprego:

- a) () Alteridade, exclusividade, pessoalidade, voluntariedade e não eventualidade.
- b) () Alteridade, subordinação, pessoalidade, onerosidade e não eventualidade.
- c) () Submissão, onerosidade, eventualidade, pessoalidade e voluntariedade.
- d) () Exclusividade, submissão, eventualidade, voluntariedade e alteridade.

QUESTÃO 43

Conforme se dispõe na CLT, marque a alternativa correta sobre o contrato de trabalho intermitente:

- a) () Deve ser celebrado por escrito ou verbalmente e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário de dois salários mínimos ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.
- b) () O período de inatividade será considerado tempo à disposição do empregador, não podendo o trabalhador prestar serviços a outros contratantes.
- c) () Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de cinco dias úteis para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.
- d) () Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

QUESTÃO 44

No que se refere à competência em razão do lugar da Justiça do Trabalho, assinale a opção incorreta de acordo com o previsto na CLT (Consolidação das Leis de Trabalho):

- a) () Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho, é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços.
- b) () A competência das Varas do Trabalho estende-se aos dissídios ocorridos em agência ou filial no estrangeiro, desde que o empregado seja brasileiro e não haja convenção internacional dispondo em contrário.
- c) () Nos contratos de trabalho, é admitida a cláusula de eleição de foro para eventuais demandas trabalhistas em observância ao princípio da liberdade contratual.
- d) () Quando for parte de dissídio agente ou viajante comercial, a competência será da Vara do Trabalho da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado e, na falta, será competente a Vara do Trabalho da localização em que o empregado tenha domicílio ou a localidade mais próxima.

QUESTÃO 45

Conforme previsões contidas na Consolidação das Leis do Trabalho, em relação aos dissídios individuais trabalhistas que tramitam pelo rito sumaríssimo, marque a alternativa correta:

- a) () Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo se fará citação por edital, caso não tenha sido possível citar o reclamado no endereço indicado pelo autor.
- b) () Estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- c) () As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em audiência única, sob a direção de juiz presidente ou substituto, que poderá ser convocado para atuar simultaneamente com o titular.
- d) () As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

QUESTÃO 46

Em relação a audiência, custas e nulidades no processo do trabalho, analise as afirmativas e marque a opção incorreta:

- a) () Só haverá nulidade declarada se houver manifesto prejuízo para alguma das partes, devendo esta ser alegada na primeira oportunidade em que a parte puder se pronunciar nos autos ou em audiência.
- b) () Em regra, as audiências são públicas realizadas na sede do juízo ou tribunal em dias úteis previamente fixados das 8h às 18h, não podendo exceder 5 horas seguidas, salvo quando envolver matéria urgente.
- c) () Não compete à Secretaria das Varas a contagem das custas devidas pelas partes, nos respectivos processos, mas sim ao órgão distribuidor.
- d) () O juiz ou presidente tem tolerância de atraso de 15 minutos na primeira audiência pautada; ultrapassado esse tempo, os presentes poderão retirar-se, devendo o ocorrido constar do livro de registro das audiências para que as partes não sofram prejuízos dessa ausência.

DIREITO AMBIENTAL

QUESTÃO 47

Segundo José Afonso da Silva, as competências ambientais podem ser compreendidas como a congregação das atribuições juridicamente conferidas a um determinado nível de governo, visando à emissão das suas decisões no cumprimento do dever de defender e preservar o meio ambiente. Tratando-se da competência nas três esferas administrativas, marque a opção correta:

- a) () À União, cabe estabelecer normas gerais. Tais normas têm caráter específico se referindo a casos em concreto. Sua função é justamente estabelecer os princípios fundamentais.
- b) () A Constituição Federal possibilita aos Municípios preencher lacunas de normas estaduais ou federais ou adaptá-las ao contexto local. A Suplementação envolve tanto o próprio caráter supletivo, que é o de erradicar as lacunas, como o complementar, que é o de detalhar as normas existentes.
- c) () Quanto à sua extensão, pode-se afirmar que a competência concorrente é a que permite que entes subsidiados ao ente maior (União) criem regras pormenores para preencher o que a União, propositalmente, não regulou.
- d) () O Artigo 23 da Constituição Federal institui que as normas de cooperação entre os entes federativos deverão ser fixadas por Lei Ordinária, criada exclusivamente para esse fim.

QUESTÃO 48

Com a edição da Lei nº 6.938/81, o país passou a ter formalmente uma Política Nacional do Meio Ambiente, uma espécie de marco legal para todas as políticas públicas de meio ambiente a serem desenvolvidas pelos entes federativos. Com base nessa importante informação, analise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta:

- a) () A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente é a mais relevante norma ambiental depois da Constituição Federal de 1988, pela qual foi recepcionada, visto que traçou toda a sistemática das políticas públicas brasileiras para o meio ambiente.
- b) () Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, deixou de ser um princípio, passando a ser um instrumento de fiscalização para a proteção ambiental.
- c) () Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente não constam da Lei nº 6.938/81, sendo necessária a sua implementação através de normas específicas instituídas pelos órgãos ambientais.
- d) () O Sistema Nacional do Meio Ambiente é uma instituição sem personalidade jurídica, sendo um instituto jurídico ou legal que possui atribuições que são executadas por meio de órgãos, entidades e instituições que o integram.

QUESTÃO 49

No Brasil, a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras constituem instrumentos para a execução da Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6938, editada em 31 de agosto de 1981. A avaliação de impacto ambiental é ainda matéria constitucional, prevista no Art. 225, § 1º, Inciso IV da Constituição Federal de 1988, que determina a realização de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação no País de obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente. Nesse contexto, é CORRETO afirmar que o licenciamento ambiental é:

- a) () Um ato administrativo pelo qual o órgão judiciário competente licencia empreendimentos que possam causar degradação ambiental.
- b) () Um procedimento judicial pelo qual o Ministério Público competente licencia empreendimentos que possam causar degradação ambiental.
- c) () Um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia empreendimentos que possam causar degradação ambiental.
- d) () Um ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia empreendimentos que possam causar degradação ambiental.

QUESTÃO 50

A Lei nº 12.651/2012 define Área de Preservação Permanente (APP) como a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Partindo-se dessa definição, assinale a alternativa correta:

- a) () O texto aprovado pelo Senado admite o cômputo das áreas de preservação permanente (APPs) no cálculo do percentual da RL para pequenas propriedades rurais obedecidas três condições: não pode implicar a conversão de novas áreas; a área a ser computada deve estar conservada

ou em processo de recuperação; e o proprietário ou possuidor deve ter requerido inclusão do imóvel no CAR.

- b) () Após entrar em vigor o atual Código Florestal, houve a permissão legal autorizando que as Áreas de Proteção Permanentes sejam exploradas pela ação humana, desde que em atividade sustentável.
- c) () A utilização das Áreas de Preservação Permanente dependerá sempre de prévia e especial autorização do órgão ambiental e sua exploração ou intervenção, quando não autorizada, constitui apenas ilícito administrativo e civil.
- d) () No Brasil, as áreas protegidas são previstas na Constituição Federal e denominadas sob o gênero de espaços territoriais especialmente protegidos. Nestes espaços estão inclusas as Áreas de Preservação Permanente (APP), que incidem sobre qualquer superfície e vegetação que se enquadre numa de suas tipologias.

QUESTÃO 51

No que diz respeito à responsabilidade civil em matéria ambiental, é correto afirmar:

- a) () Não é admitido o reconhecimento do dano moral coletivo em matéria ambiental.
- b) () A obrigação de recuperar a degradação ambiental do titular da propriedade é de natureza *propter rem*.
- c) () O dano ambiental, ainda que de natureza coletiva, é prescritível.
- d) () A responsabilidade por dano ambiental é de natureza subjetiva e depende de prova.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 52

Considerando os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo — Lei n. 8.137/1990 —, e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir.

I - Constitui crime contra as relações de consumo elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

II - Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no artigo 1º, incisos I a IV, da Lei n. 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo.

III - Constitui crime contra a ordem econômica formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes visando ao controle hierarquizado do mercado por empresa ou grupo de empresas.

Assinale a alternativa correta.

- a) () Apenas um item está correto.
- b) () Apenas dois itens estão corretos.
- c) () Todos os itens estão corretos.
- d) () Nenhum item está correto.

QUESTÃO 53

A respeito da Lei n. 8.397/1992, que disciplina a medida cautelar fiscal, julgue os itens a seguir.

I - O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias.

II - Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de sessenta dias, contados da data em que a exigência se tornar irrecurável na esfera administrativa.

III - A medida cautelar fiscal poderá ser requerida contra o sujeito passivo de crédito tributário ou não tributário, quando o devedor possuir débitos inscritos ou não em Dívida Ativa, que somados ultrapassem vinte por cento do seu patrimônio conhecido.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas um item está correto.
- b) () Apenas dois itens estão corretos.
- c) () Todos os itens estão corretos.
- d) () Nenhum item está correto.

QUESTÃO 54

Conforme a Lei n. 4.320/1964, que dispõe sobre normas gerais de Direito Financeiro, julgue os itens a seguir:

I - Classificam-se como transferências correntes as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

II - São receitas correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.

III - Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas um item está correto.
- b) () Apenas dois itens estão corretos.
- c) () Todos os itens estão corretos.
- d) () Nenhum item está correto.

QUESTÃO 55

A respeito do Código Tributário Nacional, julgue os itens a seguir.

I - Os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entram em vigor na data das suas publicações.

II - As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, entram em vigor 15 dias após a data das suas publicações.

III - Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor na data neles prevista.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas um item está correto.
- b) () Apenas dois itens estão corretos.
- c) () Todos os itens estão corretos.
- d) () Nenhum item está correto.

QUESTÃO 56

Com relação ao Direito Constitucional Orçamentário, julgue os itens a seguir.

- I - O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- II - Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com os orçamentos anuais e apreciados pelo Congresso Nacional.
- III - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Apenas um item está correto.
- b) () Apenas dois itens estão corretos.
- c) () Todos os itens estão corretos.
- d) () Nenhum item está correto.

DIREITO URBANÍSTICO

QUESTÃO 57

Nos termos da Constituição Federal de 1988, naquilo que estabelece a Política de Desenvolvimento Urbano, assinale a alternativa correta:

- a) () As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública.
- b) () O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de quarenta mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- c) () É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: parcelamento ou edificação compulsórios; imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- d) () Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, mesmo que seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

QUESTÃO 58

Sobre a Lei Municipal de Regularização Fundiária – Lei n. 7.143/2021, notadamente, sobre os institutos da Legitimação Fundiária e Legitimação de Posse, marque a assertiva correta:

- a) () Para os fins da lei, a legitimação fundiária constitui forma derivada de aquisição do direito real de propriedade.
- b) () A legitimação de posse não poderá ser transferida por *causa mortis* ou por ato *inter vivos*.
- c) () A legitimação de posse se aplica aos imóveis urbanos situados em área de titularidade do Poder Público.
- d) () O título de legitimação de posse poderá ser cancelado pelo Poder Público, quando constatado que as condições estipuladas na Lei deixaram de ser satisfeitas, sem que seja devida qualquer indenização àquele que irregularmente se beneficiou do instrumento.

QUESTÃO 59

Assinale a alternativa correta sobre a aplicação da Lei Federal n. 13.465/2017, nos municípios, naquilo que disciplina a Regularização Fundiária Urbana:

- a) () Existindo lei municipal que verse sobre a matéria, a lei federal não poderá ser aplicada, em nenhuma hipótese.
- b) () A lei federal se aplica aos municípios somente de forma subsidiária, na existência de lei municipal que verse sobre a matéria.
- c) () Somente no caso em que inexista lei municipal é que poderá ser aplicada a lei federal nos municípios.
- d) () A lei federal poderá ser aplicada nos municípios em qualquer hipótese, ainda que haja lei municipal que discipline sobre a regularização fundiária urbana.

QUESTÃO 60

A desapropriação urbana, por utilidade pública, é regulamentada pelo Decreto-Lei n. 3.365/1941. Sobre esta norma, assinale a alternativa correta:

- a) () Ao Poder Judiciário é permitido, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- b) () A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de dez anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.
- c) () Intentada ação judicial de desapropriação, a contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou impugnação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta.
- d) () Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação.

QUESTÃO 61

No que se refere a desapropriação urbana, assinale a alternativa que **não** corresponde ao entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

- a) () Os honorários de advogado em desapropriação direta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidos monetariamente.

- b) () Os juros compensatórios, na desapropriação indireta, incidem a partir da ocupação, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente.
- c) () Os juros compensatórios, na desapropriação direta, incidem a partir da imissão na posse, calculados sobre o valor da indenização, corrigido monetariamente.
- d) () A incidência dos juros moratórios sobre os compensatórios, nas ações expropriatórias, constitui anatocismo vedado em lei.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 62

No que tange à responsabilidade civil do Estado, a Constituição da República Federativa de 1988 prevê que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Diante disso, considerando a jurisprudência em sede de repercussão geral, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) () Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando forem concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais, ou quando for de conhecimento do Poder Público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.
- b) () Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, caracteriza-se a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, mesmo quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada, em razão da aplicação da teoria do risco administrativo.
- c) () O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.
- d) () Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

QUESTÃO 63

Sobre os contratos de locação, é correto afirmar que:

- a) () De acordo com a Lei 8.245/91 (Lei do Inquilinato), é livre a convenção do aluguel, tendo o locador a faculdade de exigir o pagamento antecipado, vedada a sua estipulação em moeda estrangeira e a sua vinculação à variação cambial ou ao salário-mínimo.
- b) () A Lei 8.245/91 (Lei do Inquilinato) dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos, aplicando-se também às locações de vagas autônomas de garagem ou de espaços para estacionamento de veículos; e às locações de *apart-hotéis*, hotéis - residência ou equiparados, assim considerados aqueles que prestam serviços regulares a seus usuários e como tais sejam autorizados a funcionar.
- c) () De acordo com a Lei 8.245/91 (Lei do Inquilinato), durante o prazo estipulado para a duração do contrato, o locador terá a faculdade de reaver o imóvel alugado a qualquer momento, desde

que pague a multa pactuada, proporcional ao período de cumprimento do contrato, ou, na sua falta, a que for judicialmente estipulada.

- d) () Em que pese a crítica da doutrina, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que não se aplicam aos contratos de locação as normas do Código de Defesa do Consumidor, pois tais contratos não possuem os traços característicos da relação de consumo, previstos nos artigos 2º e 3º do CDC, além disso, já são regulados por lei própria, a Lei 8.245/1991 (Lei do Inquilinato).

QUESTÃO 64

Em se tratando de posse, considerando os apontamentos da legislação e da doutrina, é **incorreto** afirmar que:

- a) () O Código Civil considera possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. Dessa forma, a legislação consagra expressamente a teoria de Savigny, que exige como elementos constitutivos da posse o *corpus* e o *animus*.
- b) () O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado. Além disso, o possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo; os atos de defesa, ou de desforço, não podem ir além do indispensável à manutenção ou restituição da posse.
- c) () O Código Civil prevê expressamente que não obsta à manutenção ou reintegração na posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa. Há, nesta situação, vedação à exceção de domínio.
- d) () O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levantá-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis. Já ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.

QUESTÃO 65

Com base nas afirmativas abaixo, é correto afirmar que:

- a) () O Código de Defesa do Consumidor (CDC) é uma norma de direito privado, tendo em vista que a Administração Pública não se enquadra na figura de fornecedor. Isso porque o Código define que fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, de natureza privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- b) () A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, somente nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Trata-se, portanto, de uma legislação aplicável especialmente às empresas privadas de tecnologia, não sendo aplicada às pessoas jurídicas de direito público.
- c) () Com a pandemia da covid-19 e a necessidade de atuação emergencial, foram adotadas diversas medidas excepcionais pelo Poder Público, dentre elas, uma Medida Provisória que obrigava as empresas de telefonia a disponibilizarem ao IBGE dados como nome, números de telefone e

endereços dos usuários, pessoas físicas e jurídicas com o objetivo de realizar entrevistas em caráter não presencial. Em razão dessa Medida Provisória, foram ajuizadas diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, que ao julgar a controvérsia, reconheceu expressamente a proteção de dados pessoais e a autodeterminação informativa como direitos fundamentais autônomos.

- d) () A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é aplicada ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos; realizado para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos ou acadêmicos; realizado para fins exclusivos de segurança pública, de defesa nacional, de segurança do Estado e de atividades de investigação e repressão de infrações penais.

QUESTÃO 66

O Código Civil dedica todo o Capítulo III, do Livro II, em sua parte geral, para tratar dos bens públicos. A respeito desse tema, é **incorreto** afirmar que:

- a) () São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- b) () Os bens públicos são classificados em i) bens de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; ii) bens de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; e iii) bens dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- c) () Os bens públicos, sejam de uso comum do povo, de uso especial ou os dominicais, são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- d) () O Código Civil prevê que os bens públicos não estão sujeitos a usucapião, previsão reforçada pela jurisprudência sumulada do STF, que dispõe que os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 67

Segundo o Código de Processo Civil:

- I - Suspende-se o processo pela perda da capacidade processual de qualquer das partes.
- II - Suspende-se o processo pela concessão de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa.
- III - Dependendo do conhecimento do mérito de verificação da existência de fato delituoso, o juiz deve determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal.
- IV - Suspende-se o processo de execução se a alienação dos bens penhorados não se realizar por falta de licitantes e o exequente, em 15 (quinze) dias, não requerer a adjudicação nem indicar outros bens penhoráveis.
- V - Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz poderá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.

De acordo com as assertivas acima, assinale a alternativa correta:

- a) () I, II e III são verdadeiras.
- b) () I, II e IV são verdadeiras.
- c) () III, IV e V são verdadeiras.
- d) () Todas são verdadeiras.

QUESTÃO 68

Analise a assertiva abaixo e assinale a alternativa incorreta.

O Ministério Público será sempre intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:

- a) () Interesse público ou social.
- b) () Interesse de incapaz.
- c) () A participação da Fazenda Pública.
- d) () Litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

QUESTÃO 69

No que concerne à Advocacia Pública no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) () O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- b) () A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação por publicação no diário oficial de justiça.
- c) () Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público e privado.
- d) () O advogado público deve restituir os autos no prazo do ato a ser praticado. Se, intimado, o advogado não devolver os autos, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente a um salário-mínimo.

QUESTÃO 70

Na ação popular, qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista, de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos.

Desta forma, assinale a alternativa que compreende os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas acima (Lei 4.717, de 1965) que são nulos:

- a) () Incompetência; ilegalidade do objeto; inexistência dos motivos e impedimento.
- b) () Incompetência; suspeição; ilegalidade do objeto; inexistência dos motivos e desvio de finalidade.
- c) () Vício material; vício de forma; ausência de objeto; ilegalidade dos motivos e desvio de finalidade.
- d) () Incompetência; vício de forma; ilegalidade do objeto; inexistência dos motivos e desvio de finalidade.

QUESTÃO 71

O Código de Processo Civil prevê, que não ocorrendo nenhuma das hipóteses de julgamento conforme o estado do processo, o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:

- I - Delimitará as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;
- II - Delimitará as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;
- III - Se a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, designará audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes;
- IV - Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, fixará prazo comum não superior a 5 (cinco) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.

Assinale a alternativa correta:

- a) () Todas são falsas.
- b) () Todas são verdadeiras.
- c) () Apenas I e II são falsas.
- d) () Apenas IV é falsa.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 72

Quanto ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) na Constituição Federal:

- a) () O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aplica-se também aos servidores municipais ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração.
- b) () É permitido mais de um órgão ou entidade gestora ou ainda mais de um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em cada ente da Federação.
- c) () O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- d) () Se porventura um servidor público, ocupante de cargo efetivo, também exercer atividade remunerada na iniciativa privada, terá que optar entre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

QUESTÃO 73

Sobre os afastamentos por incapacidade temporária e salário-maternidade no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

- a) () Serão custeados e gerenciados diretamente pelo ente federativo, e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula.
- b) () Serão custeados e gerenciados de forma indireta pelo ente federativo, e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula.
- c) () Serão custeados e gerenciados diretamente pelo ente federativo, e correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula.
- d) () Serão custeados e gerenciados pelos órgãos e entidades gestoras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

QUESTÃO 74

Conforme a Constituição Federal, são fontes de financiamento voltadas ao sistema da seguridade social:

- a) () As contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre o lucro, a receita ou o faturamento.
- b) () A contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.
- c) () Contribuição adicional da empresa cujo índice de rotatividade da força de trabalho superar o índice médio da rotatividade do setor, na forma estabelecida por lei.
- d) () Contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira.

QUESTÃO 75

Assinale a alternativa correta:

- a) () O ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa são enquadrados como contribuinte individual.
- b) () Para fazer jus a recebimento de auxílio-acidente, é necessário haver contribuição por, no mínimo, doze meses, para a previdência social.
- c) () A pessoa que em virtude de exercício profissional fique exposta a agentes químicos, físicos ou biológicos prejudiciais à saúde é considerada segurada especial.
- d) () Servidor público, ocupante de cargo em comissão, é considerado segurado facultativo da previdência social.

QUESTÃO 76

O segurado, aposentado por invalidez, que precisar de assistência permanente de outra pessoa, terá o valor da aposentadoria acrescido de:

- a) () 10%.
- b) () 25%.
- c) () 15%.
- d) () 20%.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 77

O princípio da legalidade rege a aplicação da lei penal ao determinar que: “não há crime sem lei anterior que o defina; não há pena sem prévia cominação legal”. Assim, sobre a aplicação da lei penal, é incorreto afirmar que:

- a) () A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) () Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra o patrimônio de Município nacional, configurando hipótese de extraterritorialidade da lei penal.
- c) () A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) () É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso em território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

QUESTÃO 78

Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, licitação pode ser definida como “o procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato”.

Assim, para preservar a lisura das contratações da Administração Pública, o Código Penal prevê condutas criminosas praticadas em licitações e contratos administrativos. Sobre estes crimes, é incorreto afirmar que:

- a) () A pena de multa cominada aos crimes em licitações e contratos administrativos não segue a metodologia de cálculo prevista no Código Penal, pois deverá ser estabelecida em percentagem do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e não em salário-mínimo.
- b) () É crime punido com reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei.
- c) () Consideram-se condição de contorno, para fins de configuração do crime previsto no artigo 337-O do Código Penal, as informações e os levantamentos suficientes e necessários para a definição da solução de projeto e dos respectivos preços pelo licitante, incluídos sondagens, topografia, estudos de demanda, condições ambientais e demais elementos ambientais impactantes, considerados requisitos mínimos ou obrigatórios em normas técnicas que orientam a elaboração de projetos.
- d) () Fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante entrega de uma mercadoria por outra, é crime punido com reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa.

DIREITO PROCESSO PENAL

QUESTÃO 79

Dentre os crimes contra a saúde pública, o tráfico ilícito de entorpecentes, definido pela Lei 11.343/2006, é combatido mediante políticas públicas envolvendo vários órgãos estatais, sendo possível a utilização de várias técnicas de investigação, como:

- a) () a infiltração por agentes de polícia, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes.
- b) () a atuação incisiva de policiais sobre os portadores de drogas, seus precursores químicos ou outros produtos utilizados em sua produção, que se encontrem no território brasileiro, com a finalidade de identificar e responsabilizar maior número de integrantes de operações de tráfico e distribuição, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) () para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, não é suficiente o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga, firmado por perito oficial ou, na falta deste, por pessoa idônea.
- d) () o inquérito policial deverá ser concluído no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, e de 30 (trinta) dias, quando solto.

QUESTÃO 80

O Superior Tribunal de Justiça, em recente julgamento do *Habeas Corpus* nº 598051/SP, inaugurou decisão paradigmática acerca do adentramento em domicílio para fins de prisão em flagrante e tratamento das provas em caso de flagrante de crimes de tráfico de drogas. Segundo restou delimitado,

“1. na hipótese de suspeita de crime em flagrante, exige-se, em termos de *standard* probatório para ingresso no domicílio do suspeito sem mandado judicial, a existência de fundadas razões (*justa causa*), aferidas de modo objetivo e devidamente justificadas, de maneira a indicar que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito. 2. O tráfico ilícito de entorpecentes, em que pese ser classificado como crime de natureza permanente, nem sempre autoriza a entrada sem mandado no domicílio onde supostamente se encontra a droga. Apenas será permitido o ingresso em situações de urgência, quando se concluir que do atraso decorrente da obtenção de mandado judicial se possa objetiva e concretamente inferir que a prova do crime (ou a própria droga) será destruída ou ocultada. 3. O consentimento do morador, para validar o ingresso de agentes estatais em sua casa e a busca e apreensão de objetos relacionados ao crime, precisa ser voluntário e livre de qualquer tipo de constrangimento ou coação. 4. A prova da legalidade e da voluntariedade do consentimento para o ingresso na residência do suspeito incumbe, em caso de dúvida, ao Estado, e deve ser feita com declaração assinada pela pessoa que autorizou o ingresso domiciliar, indicando-se, sempre que possível, testemunhas do ato. Em todo caso, a operação deve ser registrada em áudio-vídeo e preservada tal prova enquanto durar o processo. 5. A violação a essas regras e condições legais e constitucionais para o ingresso no domicílio alheio resulta na ilicitude das provas obtidas em decorrência da medida, bem como das demais provas que dela decorrerem em relação de causalidade, sem prejuízo de eventual responsabilização penal do(s) agente(s) público(s) que tenha(m) realizado a diligência”.

Sobre referido julgado, marque o que for correto.

- a) () Trata-se de decisão que visa dar cumprimento ao princípio da ampla defesa.

- b) () Trata-se de decisão que visa dar concretude aos princípios da presunção da inocência e do contraditório.
- c) () Trata-se de julgado que se funda na aplicação e consolidação dos princípios da vedação das provas obtidas por meios ilícitos e da inviolabilidade do domicílio.
- d) () Trata-se de julgado que se funda na aplicação e consolidação dos princípios do juízo natural e da não autoincriminação ou *nemo tenetur se detegere* .